

**ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DOS DIREITOS
DOS REFUGIADOS, MIGRANTES E APÁTRIDAS DO PARANÁ CERMA/PR
28/06/2024**

Ao vigésimo oitavo dia do mês de Junho de dois mil e vinte e quatro, às 13h30m, em formato híbrido, presencialmente na Sala GGI, Palácio Iguazu, Praça Nossa Senhora de Salette s/n - Centro Cívico, Curitiba (PR), e/ou *online* através de videoconferência, com acesso pelo *link* encaminhado na convocatória, deu-se início à Reunião Ordinária do Conselho Estadual dos Direitos dos Migrantes, Refugiados e Apátridas – CERMA/PR. Fizeram-se presentes, conforme convocação os (as) seguintes **Conselheiros (as) Governamentais:** **Secretaria de Justiça e Cidadania**, Titular — Jane Cristina Lobato Alves; **Casa Civil**, Gilberto Antonio de Souza Filho e Suplente – Douglas Henrique Novelli; **Secretaria do Estado do Esporte**, Titular — Neide Maria de Góes Marchini; **Superintendência Geral de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior**, Titular – Lenir Aparecida Mainardes da Silva; **Secretaria do Estado do Trabalho, Qualificação e Renda**, Suplente — Mayara Gabriela Milléo Corsi Bittencourt; **Secretária de Saúde**, Suplente — Rosane Souza Freitas; **Secretaria de Estado da Educação – SEED**, Titular – Gizele Cristiana Carneiro; **Conselheiros da Sociedade Civil:** **Cáritas Brasileira Regional Paraná**, Titular — Márcia Terezinha Ponce; **Associação dos Estrangeiros Residentes em Maringá e Região Metropolitana**, Titular — Marina Monteiro; **Pastoral Migrante Francisco Beltrão**, Titular — Rosane Aparecida da Silva Pereira ; **Ação Social Irmandade Sem Fronteiras**: Titular — Rockmillys Basante Palomo; **Conselho Regional de Psicologia do Paraná**, Titular — Clefaude Estimable e Suplente — Victória de Biassio Kepla; **Cáritas Diocesana de Ponta Grossa**: Titular – Gislaíne da Rosa e Suplente – Isabella Campos Assunção; **Demais participantes da reunião:** Sheila Nicolau (CODIHC/SEJU); Lena (MP); Gabriela Huguen (MPPR); Juliano (PUCPR); Sales (PUCPR); **Justificativas de Ausência:** Adriana Maria – Serviços Pastoral dos Migrantes em Curitiba justificou sua ausência. **1. Abertura:** Inicialmente, Gil saudou a todos (as) e deu início à chamada nominal para registro

dos (as) presentes em ata. A seguir, deu abertura à Reunião Ordinária do Conselho Estadual do Conselho Estadual dos Direitos dos Migrantes, Refugiados e Apátridas (CERMA/PR). **2. Aprovação da Ata da Reunião Ordinária de Maio de 2024:** Gil informou que a Ata foi previamente encaminhada a todos (as) por *e-mail* e indagou se alguém teria alguma contrariedade a sua aprovação — sem ressalvas, aprovada. **3. Aprovação de Pauta:** Gil realizou a leitura da pauta para conhecimento de todos (as) e colocou-a em aprovação — sem ressalvas, aprovada. **4. Composição do CERMA - Sociedade Civil, prazo de atuação de cada entidade e permanência para a próxima gestão:** Primeiramente, Gil indicou que há dois meses foi realizado um estudo para compreender quando deveriam agir enquanto Conselho Estadual para promover a renovação do conselho a partir de novas eleições. Assim, chegaram a conclusão de que o prazo será até o ano que vêm (2025) e segundo o regulamento, é preciso convocar uma Conferência para que haja o processo de eleição. Por isso, Gil sugeriu que a convocação ocorra no 2º Semestre de 2024 e o CERMA comece a pautar essa questão. Márcia sugeriu que o CERMA reflita e reformule o Regimento Interno para que permita que outras organizações possam adentrar neste espaço, flexibilizando as documentações exigidas para uma ampla participação migrante. Roselene indicou que as dificuldades no Regulamento no que tange não só a necessidade do CNPJ, mas também os critérios de quanto tempo a Associação/Entidade está ativa (2 anos). Portanto, sugeriu que isso seja debatido para que seja flexibilizado, pois a demanda migrante está aumentando gradativamente e 2 anos de atuação é um critério muito rígido. Por fim, Roselene se colocou à disposição para participar da Comissão, além disso, destacou que não houve a Eleição na Conferência e agora, fica um hiato entre Conferência/Eleição. Portanto, indagou se a SEJU tem uma previsão para que, nas próximas Conferências ocorram também as Eleições para os componentes. Gil informou que isso foi discutido na Comissão da COMIGRAR e foi identificado um lapso temporal muito grande entre a COMIGRAR Estadual e as Eleições do CERMA/PR. Roselene sugeriu que a Comissão discuta a possibilidade de um mandato mais curto para a próxima gestão para adequar com a Conferência. **5. Petição Pública a favor do Direito de Reunião Familiar das pessoas haitianas residentes no Brasil:**

Primeiramente, Gil lembrou que o COPEDH/PR solicitou auxílio do CERMA para tratar da crise que o Haiti vêm enfrentando e a impossibilidade de refúgio para outros países devido à falta de voos comerciais. Portanto, no intuito de ajudar na questão, foi realizada uma reunião entre CERMA, COPEDH, CNDH e o Ministério da Justiça para colocar essa demanda em pauta e gerar um movimento nacional para sanar essa questão. Como não há modos de aumentar os voos, foi sugerida a extensão da validade dos vistos emitidos para que os haitianos possam, assim que possível, vir para o Brasil. Ademais, foi enviado para o *e-mail* do CERMA um agradecimento pela reunião e propondo que os membros do Conselho adiram a Petição Pública a Favor do Direito da Reunião Familiar das Pessoas Haitianas residentes no Brasil. Rockmillys sugeriu que o CERMA procure o Itamaraty para tratar da questão. **6. Apresentação da nota técnica sobre desastres climáticos e deslocamentos forçados:** Gil destacou que a Nota Técnica é um grande passo para o Conselho e indicou que a Fabi é a responsável pela elaboração, tendo realizado um trabalho fantástico na pesquisa e estudo sobre a temática, para alertar os próximos passos. A seguir, Douglas compartilhou a minuta da Nota Técnica para visualização de todos (as) e realizou uma leitura dinâmica sobre a estrutura construída até então. Rosane solicitou que, mesmo que fosse aprovada na atual reunião, ainda houvesse tempo hábil para todos (as) conselheiros (as) possam ler, na íntegra, e realizar mudanças pertinentes e ajustes pontuais no documento. Gil sugeriu que a Nota Técnica fosse aprovada e na próxima reunião extraordinária aprove o texto final, com todas as possíveis mudanças — todos (as) concordaram. Portanto, Gil colocou a Nota Técnica em aprovação do pleno — sem ressalvas, aprovada. **7. Apresentação do relatório sobre o perfil da população migrante no Estado do Paraná:** Gil rememorou que o CERMA oficiou a Polícia Federal do Paraná para que enviassem algumas informações quantos aos migrantes no Estado do Paraná. A partir disso, foi elaborado um Relatório para que possa ser encaminhado ao TJPR, para Associação dos Registros Cíveis, e seja traçado um perfil dos migrantes que chegam ao Paraná e entender a problemática a ser enfrentada. Dentre as informações recebidas, há um percentual de 38% (60 mil) de venezuelanos, seguido pelos haitianos com 21 mil (13.73%), paraguaios (11.69%), argentinos, cubanos, colombianos, portugueses,

libaneses, chineses e japoneses. Totalizando assim, cerca de 160 mil migrantes no Estado do Paraná. Dentre as nacionalidades analisadas, Douglas destacou que, Cuba, Haiti e Afeganistão deveriam ter prioridade devido às circunstâncias atuais. Por fim, Douglas informou que não pretendem publicar esse relatório na página do Conselho. A seguir, Moser informou que estava sendo construído um 'Atlas da Migração no Paraná' em parceria com a UFPR e a Fundação Araucária, por isso, sugeriu que o CERMA some esforços nessa construção e indicou que na próxima reunião poderá apresentar com maior clareza do que se trata. Por fim, Gil colocou o Relatório sobre o perfil da população migrante em aprovação do pleno — sem ressalvas, aprovado. **8. Relato da comissão de monitoramento de políticas públicas:** Inicialmente, Márcia informou que a comissão se reuniu hoje (28) pela manhã e teve a participação de boa parte dos membros e observadores, sendo muito produtiva. Douglas relatou que, para ter uma análise certa sobre o plano, convocaram o IPARDES para acompanhar as etapas de monitoramento do plano. A seguir, Douglas indicou que os 6 eixos do plano foram divididos em 3 grupos, dois eixos para cada grupo, sendo dividida da seguinte forma: Saúde e Educação; Família/Desenvolvimento Social e Justiça/Direitos Humanos. Portanto, foi realizada uma revisão geral do estudo que foi realizado durante o mês e identificadas algumas falhas/dificuldades no Plano Estadual que dificultam a questão do monitoramento. Nesse sentido, foi estabelecido um calendário de atuação para os próximos passos do monitoramento do Plano Estadual. Segue-o: 8 de Julho — Encaminhar uma organização do Plano Estadual para todo Conselho; Julho — construir os modelos lógicos; Julho — estruturar as perguntas; Ordinária de Julho — apresentar o material ao CERMA; Agosto — enviar os questionamentos às Secretarias; Final de Setembro — devolutiva das Secretarias. **9. Informes da Secretaria-Executiva:** Jane informou que colocou no grupo os (as) conselheiros (as) que deveriam cadastrar suas senhas nos Cartões Corporativos. **10. Informes dos Conselheiros:** Márcia convidou a todos para participar da visita do representante do ACNUR no Brasil dia 4 e 5 de Julho para compreender o trabalho das organizações e da Rede, havendo uma reunião com a Sociedade Civil no dia 4 na Cáritas Curitiba. Ademais, gostaria de uma reunião com o CERMA no dia 5 de Julho pelo período da manhã no Palácio das

Araucárias, sendo um momento importante para levar as demandas do Estado do Paraná e o avanço das políticas públicas. A partir das 14h, haverá a assinatura de um Memorando de Entendimento de Enfrentamento à Xenofobia no Estado do Paraná, onde será realizado um evento na Sala dos Governadores desse acordo entre as agências e o Governo do Estado do Paraná. Em seguida, Rosane indicou que ainda aguarda um posicionamento do CERMA sobre o caso de Dois Vizinhos (PR), pois apesar de os números de migrantes no interior não ser tão grande quanto na Capital, há uma parcela proporcional muito grande, por exemplo, em Coronel Vivida dos 23 mil habitantes: 1000 são migrantes. Além disso, solicitou que as reuniões comecem nos horários previstos na convocação, pois atrasos afetam a agenda de todos (as). A seguir, Victória indicou que enviou ao grupo do CERMA um abaixo-assinado/carta aberta de várias delegadas eleitas na COMIGRAR (nacionalmente) para que publicizem a data/local da 2ª COMIGRAR, assim, sugeriu a ideia que o CERMA também construa uma Carta ou algum tipo de nota/posicionamento para fazer força para que esse evento não seja perdido. Moser informou que com a saída do Paulo Illes, a COMIGRAR se tornou uma incógnita, porém, se não tiverem um retorno, irão para Brasília tratar da questão. Em complementação, Márcia registrou que o FONACERAM estava com dificuldades e elas partem da própria coordenação do Fórum, porém, os próprios membros já cobraram prosseguimento neste caso. Marina relatou que no mês passado encaminhou uma denúncia ao CERMA referente a uma mulher haitiana em situação de rua, onde ela foi negligenciada pelos serviços públicos (CRAS, CREAS, UPAS, UBS e etc) e por falta de uma tradução correta (idioma crioulo para português) e um (a) mediador (a) cultural acabou sofrendo pelas 4 cidades (Marialva, Mandaguari, Sarandi e Maringá) que passou, apenas achismos e opiniões grotescas sobre o caso. Por isso, encaminhou um ofício ao CAOP para entender o que de fato os municípios fizeram e para coletar mais informações sobre o caso. Após ligar ao CAOP, foi informada que: Marialva já arquivou o caso; Mandaguari fez entrevistas com interpretes na cidade e foi constatado que a migrante quer voltar para o Haiti. Gil sugeriu que o ofício também seja encaminhado ao CERMA. Marina informou que o Ofício foi enviado no mês passado. Roselene esclareceu que o CAOP é um órgão

de apoio técnico e não de execução, pois quem executa são as Promotorias de Justiça e elas possuem autonomia para avaliar/encaminhar da forma como entendem. Além disso, Roselene registrou que Curitiba atende uma grande quantidade de migrantes nos serviços municipais, porém, não fazem uma filtragem de quem e quantos são, isso dificulta a promoção de políticas públicas em prol da população migrante — como mediadores culturais/tradutores. Portanto, sugeriu que o CERMA cobre que essa discussão seja aprofundada para que possam ter a necessidade para fomentar políticas públicas em prol de migrantes. **11. Informes Gerais:** Gil informou que essa semana será sua última semana no Governo do Estado do Paraná, pois recebeu um convite para um próximo desafio, assim, também sairá do CERMA/PR. **12. Encerramento:** Por fim, Gil agradeceu a presença de todos e todas e deu encerramento à Reunião Ordinária do Conselho Estadual dos Direitos dos Migrantes, Refugiados e Apátridas – CERMA/PR. A presente ata foi lavrada por Davi da Rosa e revisada por Sheila Nicolau.